

Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 27

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 30 milhões de contribuintes já entregaram declaração 4

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de renda 2024: prazo de declaração termina dia 31 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta à restituição 6

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Liberada a consulta ao lo lote de restituição do IR 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Aberta a consulta ao maior lote de restituição do IRPF 8

O LIBERAL - BELÉM - PA - ANANINDEUA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração do ir: saiba diferenças entre modelos 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula diz que tendência é vetar retomada de taxa 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula diz que tendência é vetar fim da isenção de compras até US\$ 50 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula: fim de isenção a compras até US\$ 50 deve ser vetado 13

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - NACIONAL/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula avalia vetar taxaçoão federal de compras internacionais até US\$ 50 14

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula deve vetar taxaçoão de compras internacionais 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Policiais investigam fraudes contra pensionistas 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto da Previdência neste ano será menor que previsto, diz Lupi 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro quer reduzir juro do consignado 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos do INSS com mais rapidez 20

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO
SEGURIDADE SOCIAL

Renda média do trabalhador de App cai até 26,6%, aponta pesquisa do Ipea 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula promulga mudanças na lei que acelera filas do INSS 23

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6 24

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar nesta sexta décimo terceiro antecipado 25

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 2ª parcela do 13º e antecipa benefícios no Sul; veja datas e quem
recebe (inss) 26

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Evite os principais erros na declaração do Imposto de Renda na pressa para declarar em uma
semana 28

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

RPV: Justiça libera R\$ 2,3 bi para aposentados que ganharam ações contra o INSS. Veja como
consultar 30

VALOR ONLINE - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro quer reduzir juro do consignado 31

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste de até 77% é aprovado - SERVIDOR 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O jabuti na taxaço de compras no exterior pela internet - NAS ENTRELINHAS 33

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rombo nas contas públicas exige ajuste de despesas (Editorial) 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado de apostas on-line 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arcabouço terá desafio para sobreviver até 2026 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxar super-ricos exige acordo global 40

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Convergências entre ESG e tributos 41

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma sairá em 60 dias 42

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros altos elevam o custo de vida para 69% dos entrevistados 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado vê Selic estacionada em 10,25% 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Em ranking de mil cidades, nenhuma brasileira está no top 200 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado questiona peso do Focus nas projeções e comunicação recente do BC 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros e dólar caem apesar de dado forte nos EUA 50

Mais de 30 milhões de contribuintes já entregaram declaração

IMPOSTO DE RENDA

A oito dias do fim do prazo, o número de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física entregues superou a marca de 30 milhões, mas 13 milhões de brasileiros ainda precisam acertar as contas com o Leão. Até as 16h45 desta quinta-feira (23), a **Receita Federal** recebeu 30.304.862 declarações. Isso equivale a 70,5% das 43 milhões de declarações esperadas.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 22h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e bancos.

Segundo a **Receita Federal**, 66,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 18,4% terão que pagar Imposto de Renda.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/05/65a0e88c02a780af03ad1ce5fc99c8f91339f183e12374cd032fba7875c2114d.pdf>

Imposto de renda 2024: prazo de declaração termina dia 31

CONTRIBUINTES Ontem, a oito dias do fim do prazo, o número de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física entregues superou a marca de 30 milhões, mas 13 milhões de brasileiros ainda precisam acertar as contas com o Leão. Os contribuintes já podem fazer a consulta ao 1º lote de restituições do IR 2024. Este é o maior valor já pago pela **Receita Federal** em um lote de restituição.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Consulta à restituição

» **ALINE GOUVEIA**

A uma semana do fim do prazo para entrega da Declarações do Imposto de Renda 2024, a **Receita Federal** recepcionou pouco mais de 30 milhões de documentos. A meta prevista é de 43 milhões de declarações até 31 de maio.

Desde ontem, os contribuintes que já cumpriram suas obrigações com o Fisco podem consultar o primeiro lote de restituição.

Serão contemplados 5.562.065 pessoas, com um total de crédito de R\$ 9,5 bilhões - o maior valor já pago pela Receita em um lote de restituição.

Por causa da tragédia climática vivenciada pelo Rio Grande do Sul, foi dada prioridade aos contribuintes do estado.

Serão restituídas 886.260 declarações gaúchas, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão. O valor a ser restituído será pago no dia 31 de maio.

Do montante de R\$ 9,5 bilhões, R\$ 8,8 bilhões se referem aos contribuintes prioritários, como idosos, pessoas com deficiência e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Para verificar se a restituição está disponível, basta acessar a página da **Receita Federal**, depois clicar em "Meu Imposto de Renda" e, por fim, ir a "Consultar a Restituição". A página oferece orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou completa da situação da declaração.

Para quem ainda não declarou, uma dica para reduzir o risco de erros é utilizar a declaração pré-preenchida.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Liberada a consulta ao 1º lote de restituição do IR

A **Receita Federal** liberou a consulta ao primeiro dos cinco lotes de restituição do Imposto de Renda (IR) de 2023, com a inclusão de todos os contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 5.562.065 contribuintes receberão R\$ 9,5 bilhões. O valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso.

Por causa das enchentes no Estado, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades. Importante: apenas os gaúchos que enviaram a declaração do IR ou fizeram a retificação até 15 de maio entrarão no lote prioritário. Isso porque a Receita fez o processamento com os documentos disponíveis até este dia.

A maior parte, 2.595.933 contribuintes, tem entre 60 e 79 anos. Em seguida, há 1.105.772 cuja maior fonte de renda é o magistério. Em terceiro, são 886.260 declarações de contribuintes gaúchos, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão.

Em quarto lugar, estão 787.747 contribuintes que informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do IR ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento. O restante é formado por 258.877 idosos acima de 80 anos e 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental, ou moléstia grave.

A consulta pode ser feita na página da Receita, na internet. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita para tablets e smartphones.

A data O pagamento do primeiro lote de restituição será feito em 31 de maio, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do IR.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240524#page/34>

Aberta a consulta ao maior lote de restituição do IRPF

A **Receita Federal** abriu na manhã de ontem a consulta para o que classificou como o maior lote de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). De acordo com o órgão, desde o horário das 10 horas (de Brasília), estão sendo contemplados 5.562.065 contribuintes, entre prioritários e não prioritários, com um valor total de crédito de R\$ 9,5 bilhões - o maior valor já pago pela Receita em um lote de restituição, que inclui também restituições residuais de exercícios anteriores.

Conforme já havia divulgado o governo, em razão das enchentes no Rio Grande do Sul, haverá prioridade na liberação para os contribuintes gaúchos.

Para o Estado, serão restituídas 886.260 declarações, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão.

O crédito bancário para os contribuintes contemplados será realizado ao longo do dia 31 de maio.

Do montante de R\$ 9,5 bilhões, R\$ 8.857.175.779,78 referem-se aos contribuintes prioritários: 258.877 idosos acima de 80 anos; 2.595.933 contribuintes entre 60 e 79 anos; 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; 787.747 contribuintes que receberam prioridade por utilizarem a Declaração Pré-preenchida ou optarem por receber a restituição via Pix. O período para a entrega da declaração do Imposto de Renda entrou na reta final. Os contribuintes têm até o dia 31 de maio para o envio.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-d66c9512a349e7c5c86a5ea8f3695193.pdf

Declaração do ir: saiba diferenças entre modelos

GABRIEL DA MOTA E ELISA VAZ DA REDAÇÃO

Os contribuintes brasileiros têm até às 23h59 do dia 31 de maio para entregar a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2024, ano-base 2023. Até lá, muitas dúvidas podem surgir, e uma delas é sobre qual modelo de declaração escolher: completo ou simplificado? O auditor fiscal da **Receita Federal** e supervisor regional do Imposto de Renda no Pará, Marinaldo Silva, explica para quais tipos de dedução cada modelo é indicado.

"O modelo completo contempla todas as deduções permitidas pela legislação.

Você pode deduzir despesas com saúde, educação, previdência oficial, previdência privada e pensão alimentícia", esclarece o supervisor regional do IR. Nesse modelo, o contribuinte é obrigado a guardar todos os documentos relacionados às informações prestadas.

Já o modelo simplificado prevê uma dedução de até 20% do rendimento tributável, no limite de R\$ 16.754.

Nessa forma de tributação, o contribuinte não é obrigado a guardar documentos comprobatórios.

DEDUÇÕES RELACIONADAS À SAÚDE E À EDUCAÇÃO No caso da saúde, todos os pagamentos que o contribuinte faça em nome dele (ou de seus dependentes) para clínicas, hospitais, consultas médicas, laboratórios, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos etc. podem ser deduzidos, inclusive integralmente.

Para tanto, é preciso guardar os documentos comprobatórios. "Os documentos mais comuns são: notas fiscais, comprovantes de transferências via PIX, ou recibos para pessoas físicas", exemplifica o auditor da **Receita Federal**.

Em relação às despesas com educação, o contribuinte pode abater despesas com creche, ensinos fundamental, médio e superior, incluindo especializações (mestrado e doutorado, por exemplo).

Moléstia profissional Tuberculose ativa Alienação mental Esclerose múltipla Neoplasia maligna Cegueira Hanseníase Paralisia irreversível e incapacitante

Cardiopatia grave Doença de Parkinson Espondiloartrose anquilosante Nefropatia grave Hepatopatia grave Estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante) Contaminação por radiação Síndrome da imunodeficiência adquirida

"Não pode deduzir despesas relacionadas a cursos de idiomas, escolas de dança ou aqueles gastos relacionados a transporte ou material escolar", detalha Marinaldo.

Caso o contribuinte queira deduzir despesas com instrução escolar de um dependente, obrigatoriamente, deverá informar os dados do dependente na declaração.

RENDIMENTOS ISENTOS Muitos contribuintes que fazem a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) não sabem que existem rendimentos isentos de tributação.

Segundo o supervisor regional do Imposto de Renda e auditor fiscal da **Receita Federal**, Marinaldo Silva, o rendimento isento é aquele em que não há a incidência de tributo, ou seja, o contribuinte não paga imposto sobre o gasto.

Ele está relacionado com as doenças graves.

"A **Legislação Tributária** Federal conferiu um tratamento especial a esse tipo de rendimento, devido às pessoas que têm doença grave terem altos gastos relacionados à sua saúde, mas também trouxe requisitos para usufruir desse benefício. O primeiro requisito está relacionado ao tipo de rendimento. Apenas rendimentos de aposentadoria, pensão, reserva remunerada ou reforma podem usufruir desse benefício. E o segundo requisito é que o contribuinte esteja acometido de uma das doenças relacionadas na lei", detalha. Confira quais são elas na lista.

COMO ENVIAR A DECLARAÇÃO A Receita Federal disponibiliza duas opções para preenchimento e envio da declaração do IRPF: por meio do sistema online (no site e aplicativos para dispositivos móveis), ou por meio de um programa que deve ser baixado e instalado em computadores.

O órgão esclarece que a declaração feita de modo online e por aplicativos possui algumas limitações, que

podem ser consultadas aqui.

Se não for possível fazer a declaração nesses canais, a recomendação é baixar o programa e instalá-lo em um computador.

LINKS PARA ENVIO DA DECLARAÇÃO: Portal Meu Imposto de Renda: <https://mir.receita.fazenda.gov.br/portalmir>

Download do Programa de Imposto de Renda: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/pgd/dirpf>
'Download do aplicativo da **Receita Federal** para celulares e tablets: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/app/rfb>

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-d66c9512a349e7c5c86a5ea8f3695193.pdf

Lula diz que tendência é vetar retomada de taxa

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que a tendência é vetar a retomada do imposto de importação em compras internacionais de até US\$ 50, mas sinalizou querer negociar com o Congresso. Na quarta-feira, o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou aos vice-líderes do governo na Casa que o presidente é contra a retomada da taxa. O dispositivo foi inserido em um projeto do governo de incentivo a carros sustentáveis, o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação). "Só me pronuncio nos autos do processo (risos). A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar", disse o presidente, antes de receber o presidente do Benin no Palácio do Planalto.

Atualmente, por meio do programa Remessa Conforme, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 são isentas de **impostos** federais e taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com alíquota de 17%, arrecadada pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide somente para remessas provenientes do exterior acima de US\$ 50. A lista das empresas que já aderiram ao Remessa Conforme, que inclui Amazon, Shein e Shoppe, pode ser conferida na página da **Receita Federal** na internet.

Lula disse que não tem encontro marcado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para negociar o tema, mas que poderia recebê-lo a qualquer momento. O tema dividiu alas do governo e prevaleceu o entendimento de que a taxa tem um custo político muito alto. O imposto foi sugerido pela equipe econômica de Fernando Haddad (Fazenda) e contou com a resistência, entre outros atores, da primeira-dama, Janja.

O presidente, ao falar ontem sobre o assunto, disse que há "bugigangas" entre esses itens importados. "Nem sei se essas bugigangas competem com coisas brasileiras", afirmou. Segundo ele, a maioria das pessoas que compra esses produtos é de mulheres e jovens. A resistência do varejo é justamente o que pressiona o Congresso a ser favorável à volta da taxa. Lira embarcou nessa tese.

"Nós temos dois tipos de gente que não paga imposto. Você tem as pessoas que viajam, que têm isenção de US\$ 500 no free shop, que têm mais isenção de US\$

1.000, que não pagam. Gente de classe média, que tem uns 24 milhões de pessoas, que podem viajar mais de uma vez por mês para o exterior. E como é que você vai prever as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo, sabe", disse o presidente.

"Quando discuti (o assunto com o vice-presidente Geraldo Alckmin), falei pro Alckmin: "tua mulher compra, minha mulher compra, tua filha compra, a filha de todo mundo compra, a filha do Lira compra, todo mundo compra". Então, o que precisamos é tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns prejudicando o outro, mas tentar fazer uma coisa uniforme. E estamos dispostos a conversar e encontrar uma saída", acrescentou Lula. Alckmin, ministro da Indústria e vice-presidente, é favorável à taxa, assim como Haddad.

"Quando discuti (o assunto com o vice-presidente Geraldo Alckmin), falei pro Alckmin: "tua mulher compra, minha mulher compra, tua filha compra, a filha de todo mundo compra, a filha do Lira compra, todo mundo compra"

Luiz Inácio Lula da Silva (Pt) Presidente (sobre a isenção de imposto para importados até US\$ 50)

Site: <https://digital.em.com.br>

Lula diz que tendência é vetar fim da isenção de compras até US\$ 50

ALICE CRAVO BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que a tendência é vetar o projeto que pode impor a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas, o que inclui a taxa de sites estrangeiros como Shein e Shopee, caso seja aprovado pelo Congresso.

-Só me pronuncio nos autos do processo (risos). A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar -afirmou no Planalto.

O presidente disse que não tem encontro marcado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o texto, mas que está disponível para um eventual encontro.

O texto ia ser votado na quarta-feira pelos deputados, mas foi adiado após pedido do governo. O pedido era para que o assunto não fosse votado dentro do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

A isenção desagrada ao varejo nacional, que se queixa de concorrência em condições desiguais. A **Receita Federal** defendeu manter a isenção para compras até esse valor, já que existe o programa Remessa Conforme, que funciona por adesão.

"TODO MUNDO COMPRA"

Hoje, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 de empresas dentro do Remessa Conforme são taxadas somente pelo ICMS estadual com alíquota de 17%, sem Imposto de Importação.

Perguntado se aceitaria uma taxa menor, Lula afirmou que existem diversas visões sobre o tema.

-Eu não sei, cada um tem uma visão a respeito do assunto. Veja, quem é que compra essas coisas? São mulheres, jovens, e tem muita bugiganga. Nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei -afirmou Lula. -Como você vai proibir as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo, sabe?

Lula afirmou estar disposto a conversar e encontrar

uma saída que não prejudique parte dos envolvidos no tema em benefício de outros.

-Quando discuti, eu falei com Alckmin: tua mulher compra, minha mulher compra, sua filha compra, todo mundo compra, a filha do Lira compra, todo mundo compra. Então precisamos tentar ver um jeito de não tentar ajudar um prejudicando outro, mas tentar fazer uma coisa uniforme. Estamos dispostos a conversar e a encontrar a saída.

A isenção era defendida por deputados do PT, mas parte da base do governo, principalmente parlamentares mais próximos ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliavam que a retomada da taxa era necessária não só para igualar sites estrangeiros ao varejo nacional, mas como instrumento de arrecadação.

O projeto não especifica qual será a alíquota do imposto para compras abaixo de US\$ 50. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a defender o trecho da matéria em plenário e disse que não se tratava de um "jabuti" (tema que foge ao escopo original do texto).

BATE-BOCA SOBRE O TEMA

O tema da isenção motivou bate-boca na quarta-feira entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o deputado Kim Kataguiri. O ministro disse que o Remessa Conforme serviu para dar transparência e saber quantos pacotes estão entrando, quanto custa e quem está comprando. Ele indicou que a decisão de retomar ou não as taxas deve ser tomada em debate no Congresso e com base em evidências.

Perguntado diretamente por Kataguiri, Haddad afirmou que é preciso mais tempo para o governo tomar uma posição sobre a retomada do imposto federal. E disse que a decisão dos estados de aumentar o ICMS estadual foi "correta".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula: fim de isenção a compras até US\$ 50 deve ser vetado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que a tendência é vetar o projeto que pode impor a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas, o que inclui a taxação de sites estrangeiros como Shein e Shopee, caso seja aprovado pelo Congresso.

- A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar - disse, acrescentando que está disponível para um eventual encontro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o tema.

O texto ia ser votado quarta- feira pelos deputados, mas foi adiado após pedido do governo.

A isenção desagrada ao varejo nacional, que se queixa de concorrência em condições desiguais. A **Receita Federal** defendeu manter a isenção para compras até esse valor, já que existe o programa Remessa Conforme, que funciona por adesão.

Hoje, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 de empresas dentro do programa são taxadas somente pelo ICMS estadual com alíquota de 17%, sem Imposto de Importação.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Lula avalia vetar taxaçoão federal de compras internacionais até US\$ 50

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nessa quinta-feira, 23, que pode vetar a taxaçoão federal de remessas de até US\$ 50, vindas do exterior. A cobrança do imposto de importação desses produtos foi incluída no projeto que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) que estava para ser votada nessa quarta-feira, 22, pela Câmara dos Deputados. A votação, entretanto, foi adiada.

"A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar", disse o presidente, na manhã de hoje, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto. Segundo Lula, ele está disponível para discutir o tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

"Cada um tem uma visão a respeito do assunto. Quem é que compra essas coisas? São mulheres a maioria, jovens, e tem muita bugigangas. Eu nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei", acrescentou.

Atualmente, por meio do programa Remessa Conforme, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 são isentas de **impostos** federais e taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide somente para remessas provenientes do exterior acima de US\$ 50.

A lista das empresas que já aderiram ao Remessa Conforme, que inclui Amazon, Shein e Shoppe, pode ser conferida na página da **Receita Federal** na internet.

Ao incluir a taxaçoão no projeto do Programa Mover, o relator do texto, deputado Átila Lira, manifestou "preocupação" com a indústria nacional e desequilíbrio na concorrência com os produtos fabricados no Brasil. A isenção também é questionada por entidades ligadas ao varejo.

O presidente Lula, entretanto, defendeu que haja um equilíbrio de tratamento na cobrança de **impostos** da população, argumentando que pessoas em viagem ao exterior também tem isenção de cobranças. "Você tem as pessoas que viajam que tem isenção de US\$ 500 no Free Shop, que tem mais isenção de US\$ 1 mil dólares, e que não paga [imposto], que são gente de classe média. E como é que você vai proibir as

pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo", disse.

"Quando discuti [o assunto com o vice-presidente Geraldo Alckmin], falei pro Alckmin: 'tua mulher compra, minha mulher compra, tua filha compra, a filha de todo mundo compra, a filha do Lira compra, todo mundo compra'. Então, o que precisamos é tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns prejudicando o outro, mas tentar fazer uma coisa uniforme. E estamos dispostos a conversar e encontrar uma saída", acrescentou Lula.

Lula deve vetar taxaço de compras internacionais

DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que, se o Congresso Nacional aprovar a retomada de um imposto federal sobre importações de até US\$ 50, a tendência do governo federal será vetar a volta do tributo. O petista disse ainda que o tema está em negociação. "Eu só me pronuncio nos autos do processo (risos). A tendência é de vetar, mas a tendência também pode ser negociar", afirmou.

A Câmara dos Deputados iria analisar na quarta-feira (22) a proposta que prevê o fim da isenção para compras internacionais de até US\$ 50. A votação foi adiada devido a pedido do governo.

Após a decisão da Casa, a matéria vai para sanção do presidente. Questionado sobre qual seria o seu veredicto, o petista disse que há várias visões sobre o tema, mas que não pode impedir que "pessoas pobres, meninas e moças" comprem "bugigangas".

"Cada um tem uma visão a respeito do assunto. Veja, quem é que compra essas coisas? São mulheres, na maioria jovens, e tem muita bugiganga. Eu nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras. (...) E como é que você vai proibir as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar um negócio de cabelo?".

O presidente salientou que essas pessoas se diferem daquelas que podem viajar com frequência para o exterior: "Tem as pessoas que viajam, que têm isenção de US\$ 200 no free shop, que têm mais isenção de US\$ 1.000, e que são de classe média".

Lula disse ainda que está disposto a conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sobre o tema.

A isenção desagrada aos varejistas brasileiros, que se queixam de concorrência desequilibrada com importados. Já a **Receita Federal** defende a medida para compras de até US\$ 50, pois existe hoje o programa Remessa Conforme.

A isenção também era defendida por deputados do PT, mas parte da base do governo, principalmente parlamentares mais próximos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliava que a retomada da

taxação era necessária não só para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, mas também como instrumento de arrecadação.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/login>

Policiais investigam fraudes contra pensionistas

Quatro mandados de busca e apreensão de documentos contra acusados de aplicar golpes financeiros em beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foram cumpridos, ontem, no Distrito Federal e em São Paulo.

As diligências realizadas por policiais civis dos dois estados fazem parte da operação Bad Manager.

Elas visaram investigados nas regiões administrativas de Samambaia, Taguatinga e São Sebastião - na capital federal - e na cidade paulista de Arthur Nogueira.

A ação foi realizada por agentes da Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais da Polícia Civil do DF (PCDF) e da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Pcesp).

Eles também buscaram indícios de formação de quadrilha.

De acordo com a PCDF, a Bad Manager teve início em março de 2023, quando uma instituição bancária identificou saques indevidos nas contas das vítimas onde pagamentos de pensões eram depositados.

Até agora, sabe-se que essas retiradas totalizam R\$ 495.609.

Segundo a corporação, os investigados responderão por vários crimes. Um deles é furto qualificado, com previsão de penas que variam de dois a oito anos de prisão. Para o de associação criminosa, as sanções penais podem chegar a três anos de reclusão.

Ainda existe a suspeita de que tenham realizado lavagem de dinheiro, situação em que a prisão pode ser de pelo menos três anos e chegar até 10.

A justiça ainda determinou o bloqueio das contas bancárias dos investigados.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Gasto da Previdência neste ano será menor que previsto, diz Lupi

Jéssica Sant"Ana e Edna Simão

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi (PDT), afirmou em entrevista ao Valor que a despesa com benefícios previdenciários deve crescer até setembro, quando é esperado que o estoque de benefícios em análise seja zerado, mas depois deve estabilizar e terminar abaixo da orçada na lei orçamentária (LOA) deste ano.

"Vocês vão se surpreender com o resultado da **Previdência Social** deste ano. A previsão de gasto e déficit vai ser menor na comparação com o orçado."

Isso seria possível, na avaliação do ministro, porque o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vem conseguindo diminuir custos com o pagamento do auxílio-doença (atual benefício por incapacidade temporária) a partir da implementação do Atestmed (concessão do auxílio a partir de apresentação do atestado digital, sem perícia médica), e devido a outras medidas adotadas, como combate a fraudes e bloqueio de benefícios indevidos.

Contudo, a estimativa do ministro é bem mais otimista do que a feita por economistas e analistas do mercado financeiro, que apontam que a despesa com benefícios previdenciários está subestimada pelo governo. A LOA trouxe uma previsão de despesa para este ano de R\$ 908,670 bilhões e, na reavaliação do Orçamento, o governo aumentou para R\$ 917,769 bilhões, mas ainda assim economistas estimam que a rubrica deve terminar o ano mais próxima de R\$ 930 bilhões.

Já o otimismo do ministro vem do fato de que, com o Atesmed, o governo tem concedido o auxílio-doença rapidamente, diminuindo juros e correção monetária que pagava quando demorava meses para liberar o benefício. A ferramenta também liberou os peritos médicos para cuidar de processos que se acumulavam, o que tem levado à redução do estoque de pedidos pendentes de análise presencial.

O ministro citou, ainda, como medidas para reduzir custos da previdência as operações de combate a fraudes, realizadas com apoio da Polícia Federal, e ações para ressarcimento ao Estado dos benefícios pagos indevidamente.

Mesmo com a perspectiva de melhora no curto prazo, Lupi reconhece que o sistema previdenciário atual, como um todo, é "insustentável", porém rechaçou como uma solução a proposta levantada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, de desvincular os benefícios previdenciários do reajuste do salário mínimo.

Para ele, é preciso atacar os sistemas mais privilegiados, ou seja, aqueles que têm benefícios maiores, caso dos militares, dos **servidores públicos** e dos demais Poderes, ao invés de mudar os benefícios do **INSS**, que têm valor médio de R\$ 1,8 mil. "É sempre para tirar direito do pequeno, do fraco. E o que eu estou dizendo? Por que não se discute o privilégio dos privilegiados?", indagou.

Lupi reforçou a sua visão de que a **Previdência Social** é investimento, não gasto, e se mostrou contrário a uma nova reforma. Também disse que a política de valorização do mínimo é um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Como alguém pode discutir não ter aumento real do salário mínimo?", questionou.

Nesta semana, a equipe econômica divulgou o segundo relatório bimestral de avaliação do Orçamento, documento que mostrou uma queda de R\$ 6,120 bilhões na previsão de déficit para o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, via **INSS**.

Na LOA, a estimativa era de déficit de R\$ 271,185 bilhões. Na primeira reavaliação do Orçamento, caiu para R\$ 268,188 bilhões. Agora, para R\$ 262,067 bilhões. A estimativa menor está relacionada ao aumento da projeção de receitas, num ritmo maior que o crescimento projetado para as despesas.

Além das ações para reduzir o estoque das filas, o ministério ainda trabalha para alavancar as receitas. Uma delas é prever maior competição na licitação da folha de pagamento do **INSS**. Atualmente, a arrecadação anual do governo é de algo em torno de R\$ 6 bilhões, e o ministro acredita que dá para dobrar essa receita a partir do ano que vem. Um novo leilão será feito neste ano, pois os contratos em vigor acabam em 31 de dezembro.

O ministro também se mostrou contrário à ideia do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de cessar os repasses do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT) à **Previdência Social**. "O FAT é do trabalhador ou é do BNDES? Aquilo é fundo de amparo ao trabalhador. Não é fundo de amparo ao BNDES. Eu sou a favor de manter a fatia que o BNDES já tem [de recursos do FAT]", disse Lupi.

"Como alguém pode discutir não ter aumento real do salário mínimo?" Carlos Lupi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882?page=21§ion=1>

Ministro quer reduzir juro do consignado

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana

Mesmo com a redução do ritmo de corte da Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, ainda vê espaço para "reduzir um pouquinho" o teto da taxa de juros que pode ser cobrada no crédito consignado a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A proposta será apresentada na próxima reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), na segunda-feira (27).

Atualmente, o teto é de 1,68% ao mês. Lupi vem propondo que a taxa caia proporcionalmente às reduções que são feitas na Selic. Já representantes de bancos no conselho defendem que o teto seja calculado conforme a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos.

"As instituições estão tentando vender a ideia de que esse parâmetro [Selic] gera prejuízo", afirmou o ministro. Na avaliação de Lupi, o que existe é uma guerra por mercado, e as instituições financeiras maiores estão perdendo para as menores que têm condições de oferecer taxas mais atrativas aos clientes. "O empréstimo atual pode ser substituído por um novo, oferecido por um outro banco que geralmente oferece taxa mais vantajosa. É a briga entre eles", ressaltou.

Questionado se vai parar de propor novas reduções para o teto do consignado caso o BC interrompa o ciclo de cortes da Selic, o ministro afirmou que, para os próximos meses, a ideia é analisar o impacto de mudança na taxa de juros do mercado externo, especialmente nos Estados Unidos, para depois decidir os próximos passos.

O ministro criticou os bancos privados que alegam que o patamar dos juros é muito baixo para bancar os custos da operação. "Os [grandes] bancos estão usando essa perda de mercado para falar que não dá para reduzir os juros", pontuou Lupi.

Dados da Dataprev apresentados pelo ministro mostram que as instituições financeiras de médio e pequeno portes ganharam mais espaço no consignado do **INSS** comparando o primeiro trimestre de 2023 (quando ainda não havia reduções do teto) com o primeiro trimestre deste ano. Elas saíram de uma participação de mercado de 54,49% para 60,04% em comparação com a dos seis maiores bancos, que passaram de 45,51% para 39,96%.

Levantamento da Dataprev ainda mostra um aumento de cerca de 15% em 2023 (8.967.367) nos contratos ativos na "margem livre" em relação ao ano de 2022 (7.784.861). Os números computam as portabilidades. Os bancos alegam que essa metodologia é "errada".

Em nota ao Valor, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), afirmou que o parâmetro de juros futuros de dois anos é "o custo que o mercado utiliza para todos os produtos de empréstimo, de curto a longo prazo".

Ainda de acordo com a entidade, existe sim redução na concessão. "Os números mostram essa redução, porém em menor ritmo atualmente. É preciso ficar claro que a concessão está diminuindo justamente no aposentado de maior idade e que tem o menor valor de benefício."

Por fim, a Febraban negou que ocorra perda de "market share" dos bancos grandes. "Atualmente, com os constantes cortes no teto das taxas, todos os bancos têm migrado para a portabilidade, pois a atratividade para conceder novas operações tem caído."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882?page=21§ion=1>

Pagamentos do INSS com mais rapidez

Rodrigo Péret

O governo federal anunciou uma iniciativa para evitar ações judiciais e, segundo a Procuradoria-Geral da União (PGF), agilizar o pagamento de ao menos 137 mil benefícios previdenciários e assistenciais em 2025.

Trata-se da Desjudicializa Prev, iniciativa criada via portaria assinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Advocacia Geral da União (AGU) no último mês.

O **INSS** é parte em 4 milhões de processos no Brasil, sendo 3,5 milhões apenas na Justiça Federal, o que corresponde a um terço dos processos em tramitação nesse ramo do Judiciário. Dados do Boletim Estatístico da **Previdência Social** apontam que, entre janeiro e setembro de 2023, 1 em cada 6 benefícios novos foram concedidos judicialmente.

Em nota, o CNJ afirmou que o que motiva as ações judiciais é a insatisfação do cidadão com a decisão na esfera administrativa. E o fato de um direito não reconhecido administrativamente ir para o Judiciário traz uma demora maior na garantia do direito em discussão.

A iniciativa foi firmada pelo ministro da AGU Jorge Messias; o presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Luís Roberto Barroso; e da procuradora-geral federal Adriana Maia Venturini.

A advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado explica que o maior atraso ocorre quando o **INSS** não observa os prazos judiciais. "Em muitas situações, esses prazos são renovados pelo magistrado. Cada renovação de prazo de 30 dias úteis, implica num atraso de pelo menos 60 dias", afirma.

Segundo a advogada especialista previdenciarista Luiza Baleeiro, no âmbito judicial, é comum que o **INSS** insista em teses que não procedem mais, ou seja, que a Justiça já firmou em precedentes e que ainda assim o **INSS** siga recorrendo e atrasando os processos.

"O que vai ser feito é: dentre os temas anexos à portaria, será solicitado que os procuradores façam um levantamento e que tomem providências - seja desistindo do recurso, seja concordando com a pretensão da parte autora, para finalizar o processo mais rápido".

O ato prevê relação inicial de 10 temas controvertidos em processos judiciais que serão objeto de medidas de desjudicialização por parte da Procuradoria-Geral Federal (PGF), como: a não apresentação de contestação; a não interposição de recursos ou desistência dos já interpostos; as propostas de acordo; e as soluções consensuais.

Caso haja reconhecimento de benefício assistencial ou previdenciário de um salário-mínimo devido a tais medidas, o pagamento deverá ser o mais breve possível

ANALISE

Catarine Mulinari.

diretora científica adjunta do IBDP "Atualização do sistema ao **INSS**" "O **INSS** possui algumas análises engessadas que o Judiciário acabou flexibilizando e firmando entendimento diferente. A ideia desse acordo é que o Instituto promova análise de acordo com o entendimento do Judiciário, o que pode diminuir a judicialização do processo.

A agilidade do procedimento ocorrerá no momento que o **INSS** inserir esses entendimentos no robô que já promove análise preliminar de cada pedido. Pode ser que o próprio robô já faça a análise e conclua o requerimento.

Não se trata de um sistema, mas de uma atualização do sistema já existente para que se aplique na análise processual os entendimentos pacificados no judiciário que em muitas das vezes tem um entendimento positivo para o segurado.

Mas identificamos temas nesse acordo em que o entendimento do **INSS** é mais vantajoso, logo a alteração da análise administrativa pode ser pior para o segurado

ENTENDA Como funciona?

ENTRE OS DEZ temas inicialmente selecionados para o projeto estão a concessão do benefício de prestação continuada, reconhecimento de dependentes, auxílio-reclusão, auxílio-doença e critérios para a concessão da aposentadoria. Cada um desses temas trata de hipóteses específicas para a concessão dos benefícios.

OS PROCESSOS em tramitação sobre os temas selecionados serão identificados no sistema eletrônico processual de cada tribunal, no prazo recomendável de 60 dias. para a adoção, por parte da PGF, das medidas de desjudicialização. como desistência de recurso ou proposta de acordo

A PORTARIA prevê que os benefícios previdenciários ou assistenciais de até um salário-mínimo que sejam reconhecidos como devidos deverão ser pagos preferencialmente de forma automatizada em até 30 dias, com o envio da ordem judicial ao órgão responsável pelo cumprimento da decisão.

FUTURAMENTE, novos temas poderão ser adicionados ao Desjudicializa Prev para expandir a iniciativa.

E na prática, o que muda?

Conforme explica a advogada Luiza Baleeiro, com o Desjudicializa. as demandas ganham um desfecho, uma vez que há. com ele. a possibilidade de a procuradoria acessar estes processos e verificar se o entendimento que estava sendo adotado de estratégia processual já foi alterado ou não.

"Provavelmente haverá desistência de alguns recursos ou serão acolhidas algumas pretensões, ou poderá ser entendido que o processo deve prosseguir. De toda forma, os processos inerentes aos temas escolhidos deverão ser movimentados em breve", afirmou.

DEMOROU, MAS VEIO

Idosa consegue benefício após 26 anos Uma idosa de 83 anos obteve na Justiça o direito receber o benefício da aposentadoria pelo **INSS**. Mesmo com direito de se aposentar desde 1998, a idosa só entrou com o requerimento administrativo em julho de 2022. mas o pedido foi negado pelo Instituto dois meses depois.

O caso ocorreu no Amazonas. O julgador frisou que a mulher exercia atividade rural e. muito embora o documento apresentado não fosse contemporâneo. o **INSS** já havia reconhecido a qualidade de segurado especial ao esposo dela. que era agricultor

Renda média do trabalhador de App cai até 26,6%, aponta pesquisa do Ipea

ESTUDO

Agência Brasil

contato@jornaldezminutos.com.br

Motoristas e entregadores de aplicativos estão trabalhando mais e ganhando menos desde que as plataformas começaram a fornecer os serviços para os usuários. Entre 2012 e 2015, os motoristas tinham rendimento médio mensal de R\$ 3.100. Em 2022, o valor auferido era inferior a R\$ 2.400 (queda de -22,5%). No caso dos entregadores, a redução da renda foi mais aguda em um intervalo menor (-26,6%), de R\$ 2.250 em 2015 para R\$ 1.650 em 2021.

Nos períodos indicados, houve aumento do número de trabalhadores disponíveis. Entre 2012 e 2015, a oferta de mão de obra de motoristas autônomos no setor de transporte de passageiros era de cerca de 400 mil trabalhadores. Em 2022, o total de ocupados se aproximava de 1 milhão. Já o número de entregadores inscritos nas plataformas saltou de 56 mil para 366 mil entre 2015 e 2021. Os dados citados foram apurados no estudo Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua (Pnad). Tanto para motoristas

quanto para entregadores, a média dos rendimentos dos trabalhadores inscritos nas plataformas era inicialmente superior à média dos ocupados em atividades semelhantes.

Perdas

Além da perda de remuneração, motoristas e entregadores inscritos em plataformas de mobilidade passaram a trabalhar mais. A proporção de motoristas com jornadas entre 49 e 60 horas semanais passou de 21,8% em 2012 para 27,3% em 2022. No caso dos entregadores, a proporção de quem tinha jornadas iguais ou superiores a 49 horas semanais passou de 19,9% em 2012 para 29,3% em 2022.

Com rendimento menor e mais horas de trabalho, motoristas e entregadores - que não têm carteira assinada, não recebem décimo terceiro salário nem

recolhem para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - também perderam a proteção da **Previdência Social** por falta de contribuição voluntária. Entre 2012 e 2018, a média foi de 31,1% dos entregadores contribuindo, enquanto entre 2019 e 2022 essa média baixou para menos de um quarto (23,1%).

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/05/65a0e88c02a780af03ad1ce5fc99c8f91339f183e12374cd032fba7875c2114d.pdf>

Lula promulga mudanças na lei que acelera filas do INSS

Editado por LÍLIAN LEITÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promulgou mudanças na Lei 14.724 de 2023 que institui o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS). As alterações foram publicadas no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (23) e se referem a seis vetos derrubados pelo Congresso Nacional.

Um dos destaques é a possibilidade de o governo do Distrito Federal conceder indenização por danos psicossomáticos causados a policiais militares em decorrência de atividades da profissão.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-d66c9512a349e7c5c86a5ea8f3695193.pdf

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 24/05/2024 - 08:16
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (24) a parcela de maio do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,32. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,18 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 250 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 170 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,59 milhões de famílias estão na regra de proteção em maio. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em junho.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

INSS começa a pagar nesta sexta décimo terceiro antecipado

Publicado em 24/05/2024 - 06:48

Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber nesta sexta-feira (24) a segunda parcela do décimo terceiro. Até 7 de junho, mais de 33,6 milhões de segurados receberão o dinheiro, que será pago conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O pagamento da segunda parcela começa pelos segurados que ganham o salário mínimo. Quem recebe mais que o mínimo começa a receber em 3 de junho.

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro está disponível desde abril. A consulta pode ser feita tanto pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para celulares e tablets, como pelo site gov.br/meuinss .

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

O decreto com a antecipação do décimo terceiro foi assinado em março. Este é o quinto ano seguido em que os segurados do **INSS** recebem o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho.

Segundo o Ministério da Previdência, o pagamento do décimo terceiro antecipa a injeção de R\$ 67,6 bilhões na economia. Desse total, R\$ 33,92 bilhões correspondem à segunda parcela, referente à competência de maio e que será paga entre o fim deste mês e o início de junho. O restante corresponde à primeira parcela, da competência de abril, paga no fim de abril e início de maio.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na segunda parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício

depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, não têm direito a décimo terceiro salário.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/inss-comeca-pagar-nesta-sexta-decimo-terceiro-antecipado>

INSS começa a pagar 2ª parcela do 13º e antecipa benefícios no Sul; veja datas e quem recebe (inss)

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar nesta sexta-feira (24) a segunda parcela do 13º. A gratificação natalina será depositada para mais de 33 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios juntamente com o benefício mensal.

Afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul devem ficar atentos a um calendário diferente disponibilizado pelo governo federal por causa da catástrofe climática no estado.

Os gaúchos terão os benefícios de maio e junho, além da segunda parcela do 13º disponibilizados conjuntamente no dia 24 de maio. A aposentadoria de junho será paga a quem pediu a antecipação.

Por um decreto de março assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o **INSS** adiantou o pagamento do abono natalino de fim de ano, conhecido popularmente como 13º, para os segurados da **Previdência Social**.

Além da segunda parcela do adiantamento, o **INSS** também seguirá normalmente com o pagamento dos benefícios já previstos em calendário, como aposentadoria, pensão e auxílio.

Para os moradores do Rio Grande do Sul, a lista de pagamentos é maior. Quem estiver em cidades com decreto de calamidade pública irá receber, além do 13º, o benefício de maio em uma única data: no dia 24.

Quem fez a solicitação também poderá ter os valores de junho de forma antecipada.

Vão receber a segunda parcela do 13º aposentados, pensionistas e pessoas que, em 2024, tenham recebido auxílios temporários, como o benefício por incapacidade temporária. Quem recebe benefício temporário receberá o valor do 13º proporcional ao tempo de auxílio.

Também podem receber o abono pessoas com direito ao salário-maternidade, porém, neste caso, o valor é disponibilizado junto com a última parcela do auxílio e não de acordo com o calendário geral. Beneficiários do

BPC (Benefício de Prestação Continuada) e quem tem renda mensal vitalícia não recebem o 13º salário.

A data do depósito do benefício segue um calendário que utiliza como base o último número do NIS (Número de Identificação Social), excluindo o dígito verificador.

Para quem recebe um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412, os pagamentos são realizados no intervalo entre 24 de maio e 7 de junho, ou seja, nos últimos cinco dias úteis de maio e nos primeiros cinco dias úteis de junho.

Quem recebe mais de um salário mínimo terá o 13º e a aposentadoria pagos entre os dias 3 e 7 de junho. Você pode consultar o número do seu benefício pelo site www.meu.inss.gov.br/ ou pelo aplicativo **Meu INSS**, disponível para Android e IOS.

Ao contrário da primeira parcela do 13º, a segunda pode ter desconto do Imposto de Renda, caso o cidadão seja obrigado a pagar o tributo. No entanto, a tabela do IR foi atualizada pelo presidente Lula, e quem recebe até dois salários mínimos não paga imposto.

Além disso, aposentados a partir de 65 anos têm direito a uma isenção extra do IR a partir do mês em que fazem aniversário.

Desde 2006, as duas parcelas do 13º eram pagas no segundo semestre do ano, em agosto e em novembro, após marcha das centrais sindicais até Brasília (DF) solicitando esse benefício, além de reajuste maior do salário mínimo. Em 2020, com a reforma da Previdência, o governo transformou em lei o pagamento em agosto.

Desde 2020, porém, o governo federal vem adiantando o pagamento do abono para o primeiro semestre. Segundo o governo, a medida tem como objetivo diminuir o endividamento da população e aquecer a economia. O pagamento da primeira parcela do 13º correspondeu a R\$ 33,68 bilhões.

Moradores do Rio Grande do Sul que morem em

municípios que estejam em estado de calamidade pública terão os benefícios adiantados, porém em datas diferentes. O **INSS** liberou o pagamento dos benefícios de competência dos meses de maio, além da segunda parcela do 13º para o dia 24 de maio.

Além disso, há a possibilidade de antecipar o pagamento do benefício de junho, mediante solicitação. O público beneficiário também é diferente. Neste caso, além dos aposentados e pensionistas, podem receber o adiantamento os beneficiários do BPC, porém estão excluídos quem recebe benefícios temporários.

O benefício, na realidade, é uma espécie de empréstimo e deve ser devolvido em até 36 vezes sem juros nem correção. Para ter acesso, é preciso entrar em contato com o banco em que recebe o benefício para solicitar o valor por meio da assinatura de um termo de opção.

Outro benefício com condições especiais para a região é o Bolsa Família. O pagamento foi feito para todos os beneficiários gaúchos no dia 17 de maio. Também é possível realizar o saque sem cartão ou documento de identidade para quem perdeu tudo nas enchentes.

Nesses casos, é preciso uma declaração especial de pagamento da prefeitura do município.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

**[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/inss-
comeca-a-pagar-2a-parcela-do-13o-e-antecipa-
beneficios-no-sul-veja-datas-e-quem-recebe.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/inss-comeca-a-pagar-2a-parcela-do-13o-e-antecipa-beneficios-no-sul-veja-datas-e-quem-recebe.shtml)**

Evite os principais erros na declaração do Imposto de Renda na pressa para declarar em uma semana

O prazo do Imposto de Renda 2024 se encerra em uma semana, no dia 31 de maio. Quem ainda não fez a declaração pode acabar cometendo erros pela pressa em entregar o documento. Em 2023, 1,4 milhão de contribuintes caíram na malha fina e tiveram a declaração retida.

Para quem ainda não preencheu o documento, Francisco Peroni, diretor da Seteco Consultoria, aconselha o uso da declaração pré-preenchida. "Isso ajuda bastante porque já constam informações bancárias e despesas médicas, por exemplo", diz.

O contribuinte obrigado a declarar o IR que perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Apenas os moradores das cidades em situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul terão prazo maior, até 31 de agosto.

Após o preenchimento e envio da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, a **Receita Federal** cruza os dados e compara as informações do cidadão com as declarações de empregadores, instituições financeiras e planos de saúde, por exemplo.

A medida capta erros que podem passar batido pelo contribuinte, seja pela pressa ou por desconhecimento das regras. Por exemplo, caso alguém preencha erroneamente que gastou R\$ 100 mil em um procedimento médico, mas o convênio aponte apenas R\$ 1.000, a Receita consegue entender que houve um erro de digitação por parte do contribuinte.

É preciso ficar atento às vírgulas e pontos, que também podem indicar ao fisco uma falha no valor informado.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Quando algum erro é percebido, a declaração cai na malha fina e será avaliada por auditores da Receita e

devolvida com as falhas apontadas para que haja correção. O contribuinte tem direito de corrigir as informações antes de ser levado a uma investigação, que pode resultar em multas.

No ano passado, 60% das declarações na malha fina tinham como problema erros na dedução.

O erro mais comum nas declarações está nas deduções, quando o contribuinte indica uma despesa considerada por ele como dedutível, mas que não é. Segundo Thais Lipinski, advogada tributarista e integrante do IBDT (Instituto Brasileiro de Direito Tributário), é preciso se atentar às despesas com saúde e educação, pois nem todas são dedutíveis.

No caso da saúde, vacinas e medicamentos que não estejam na conta do estabelecimento hospitalar ou da clínica não são dedutíveis.

Peroni afirma que gastos com saúde devem ser declarados com mais atenção, pois são exigidos comprovantes e informações de valor, data, local onde foram realizados e, até mesmo, dados do médico. É necessário que as declarações contenham o CRM do médico responsável, caso contrário a Receita pode impedir o envio.

Também não são deduzidos gastos com cursos de idiomas, atividades esportivas ou culturais e material escolar, por exemplo. Na educação, só entram na lista despesas com os ensinamentos infantil, fundamental, médio, superior e profissional.

Outro erro comum é a omissão de recebimentos como salários, aluguéis, prêmios e ganhos de capital. Os aluguéis devem ser declarados em uma ficha específica caso sejam recebidos de uma pessoa física e devem ter subtraídos os valores de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e condomínio.

Ou seja, se o aluguel a ser declarado for de R\$ 2.000 por mês e o imóvel tiver R\$ 50 de IPTU e R\$ 50 de condomínio, o valor que deve ser inserido na plataforma é de R\$ 1.900, isto é, o aluguel menos IPTU e condomínio.

"O IPTU e o condomínio são tratados como reembolso de despesas e não rendimentos. Caso o contrato de aluguel tenha sido feito por uma imobiliária, ela pode fornecer um informe detalhado comprovando os valores", explica Peroni.

Sobre dependentes, filhos que tenham a guarda compartilhada pelos pais devem ser declarados como dependentes por apenas um deles, caso contrário os responsáveis podem ter problemas com a Receita.

Outra regra importante é que pessoas consideradas incapazes legalmente ou das quais o contribuinte seja o curador, como pais e avós, só podem ser identificadas como dependentes caso os rendimentos delas no ano não ultrapassem R\$ 24.511,92.

É preciso se lembrar também de inserir os rendimentos dos dependentes, caso tenha, sejam eles não tributáveis ou tributáveis. A mesma regra vale para informações de bens e direitos e de valores em conta-corrente ou poupança.

Na hora de preencher a declaração deve-se teclar ou digitar os dados com calma e sempre conferi-los antes de enviar para evitar erros como a digitação de um número diferente, trocas de vírgula e informações corretas, mas no lugar errado. Caso sejam informações ligadas ao empregador, instituições financeiras ou planos de saúde, por exemplo, a Receita consegue cruzar os dados e identificar o erro.

Por fim, é importante checar se todos os bens e dívidas estão declarados corretamente. Informações como ações, VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), bens no exterior, bens em comum, JCP (Juros sobre Capital Próprio) deliberado e não pago, por exemplo, devem ser listadas à Receita, assim como o valor total de dívidas, para que não ocorra variação de patrimônio incompatível com a renda.

Para os mais atrasados, que forem preencher as declarações no último dia disponível, Peroni aconselha entregar o documento mesmo que as informações não estejam completas e fazer a retificação solicitada pela própria Receita, evitando o pagamento de multas.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que, em 2023:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200

mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/evite-os-principais-erros-na-declaracao-do-imposto-de-renda-na-pressao-para-declarar-em-uma-semana.shtml>

RPV: Justiça libera R\$ 2,3 bi para aposentados que ganharam ações contra o INSS. Veja como consultar

Mais de 140 mil aposentados, pensionistas e titulares de auxílios que ganharam processos contra Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) em abril terão direito a receber recursos, após o Conselho da Justiça Federal (CJF) liberar R\$ 2,35 bilhões para o pagamento das indenizações.

Esse valor equivale a 84,5% dos R\$ 2,78 bilhões reservados para quitar Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a 230.098 pessoas, que são indenizações devidas pelo governo federal de, no máximo, 60 salários mínimos (R\$ 84.720).

No caso das ações que tramitaram no Justiça Federal - a maioria de beneficiários do **INSS** -, não há mais chance de recurso.

Caberá a cada um dos seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país a função de distribuir os recursos e definir as datas de depósito. As quantias serão creditadas em contas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal abertas pelo próprio TRF-2 em nome dos ganhadores das ações.

Herdeiros de beneficiários que faleceram também têm direito ao pagamento dos atrasados. Para isso, precisam comprovar legalmente o vínculo.

Como consultar?

O primeiro passo é acessar o site do TRF de seu estado, com CPF, o número do registro da RPV, o número do processo de origem, o número da requisição e/ou o número da OAB do advogado em mãos. Em alguns casos, apenas alguns desses documentos são requisitados.

Como vai ficar a distribuição dos valores por TRF?

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

TRF da 6ª Região (sede em MG, com jurisdição em MG)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/24/rpv-justica-libera-r-23-bi-para-aposentados-que-ganharam-acoes-contra-o-inss-veja-como-consultar.ghtml>

Ministro quer reduzir juro do consignado

Por Edna Simão - De Brasília

24/05/2024 05h02 Atualizado há uma hora

Mesmo com a redução do ritmo de corte da Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, ainda vê espaço para "reduzir um pouquinho" o teto da taxa de juros que pode ser cobrada no crédito consignado a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A proposta será apresentada na próxima reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), na segunda-feira (27).

Atualmente, o teto é de 1,68% ao mês. Lupi vem propondo que a taxa caia proporcionalmente às reduções que são feitas na Selic. Já representantes de bancos no conselho defendem que o teto seja calculado conforme a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos.

"As instituições estão tentando vender a ideia de que esse parâmetro [Selic] gera prejuízo", afirmou o ministro. Na avaliação de Lupi, o que existe é uma guerra por mercado, e as instituições financeiras maiores estão perdendo para as menores que têm condições de oferecer taxas mais atrativas aos clientes. "O empréstimo atual pode ser substituído por um novo, oferecido por um outro banco que geralmente oferece taxa mais vantajosa. É a briga entre eles", ressaltou.

Questionado se vai parar de propor novas reduções para o teto do consignado caso o BC interrompa o ciclo de cortes da Selic, o ministro afirmou que, para os próximos meses, a ideia é analisar o impacto de mudança na taxa de juros do mercado externo, especialmente nos Estados Unidos, para depois decidir os próximos passos.

O ministro criticou os bancos privados que alegam que o patamar dos juros é muito baixo para bancar os custos da operação. "Os [grandes] bancos estão usando essa perda de mercado para falar que não dá para reduzir os juros", pontuou Lupi.

Dados da Dataprev apresentados pelo ministro mostram que as instituições financeiras de médio e pequeno portes ganharam mais espaço no consignado do **INSS** comparando o primeiro trimestre de 2023 (quando ainda não havia reduções do teto) com o primeiro trimestre deste ano. Elas saíram de uma participação de mercado de 54,49% para 60,04% em comparação com a dos seis maiores bancos, que

passaram de 45,51% para 39,96%.

Levantamento da Dataprev ainda mostra um aumento de cerca de 15% em 2023 (8.967.367) nos contratos ativos na "margem livre" em relação ao ano de 2022 (7.784.861). Os números computam as portabilidades. Os bancos alegam que essa metodologia é "errada".

Em nota ao Valor, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), afirmou que o parâmetro de juros futuros de dois anos é "o custo que o mercado utiliza para todos os produtos de empréstimo, de curto a longo prazo".

Ainda de acordo com a entidade, existe sim redução na concessão. "Os números mostram essa redução, porém em menor ritmo atualmente. É preciso ficar claro que a concessão está diminuindo justamente no aposentado de maior idade e que tem o menor valor de benefício."

Por fim, a Febraban negou que ocorra perda de "market share" dos bancos grandes. "Atualmente, com os constantes cortes no teto das taxas, todos os bancos têm migrado para a portabilidade, pois a atratividade para conceder novas operações tem caído."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/05/24/ministro-quer-reduzir-juro-do-consignado.ghtml>

Reajuste de até 77% é aprovado - SERVIDOR

Gustavo Silva (ComLetícia Lopes)

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reajusta o salário de diferentes categorias de servidores federais.

Após negociações coordenadas pelo Ministério da Gestão, o texto prevê percentuais diferentes de aumento, beneficiando principalmente as carreiras de segurança pública. O projeto segue para o Senado.

Segundo texto substitutivo do deputado Delegado Marcelo Freitas (União-MG), os principais acordos incluídos são para a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Penal, com aumentos de 2024 a 2026.

Os maiores reajustes serão para o policial penal, que chega a 77,15% no fim de carreira (R\$ 20 mil em 2026) e passará a receber na forma de subsídio, ou seja, sem valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial. Já a PRF terá reajuste de 27,48% no fim de carreira (R\$ 23 mil em 2026), e o delegado da PF, 27,48% (R\$ 41.350 em 2026).

À Agência Câmara, Delegado Freitas disse que recebeu pedidos de mudança de várias carreiras para aumento na remuneração ou alteração de cargos.

A proposta original, de autoria do governo federal, tratava apenas de carreiras da Agência Nacional de Mineração (ANM), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), de Tecnologia da Informação e de analistas de política social. Mas os parlamentares acabaram incluindo outras categorias. No caso da ANM, o projeto igualou os salários aos das demais agências reguladoras, com teto chegando a R\$ 22.929,74 em 2026.

União: auxílio alimentação maior no próximo mês

Os **servidores públicos** federais vão passar a receber um novo valor de auxílio-alimentação no pagamento de junho.

Embora os benefícios assistenciais tenham sido corrigidos a partir de 1º de maio, a folha de pagamento já estava fechada quando o acordo foi assinado.

Para este ano, o governo se comprometeu a aumentar os valores dos benefícios dos estatutários em 52% a partir de maio. O auxílio-alimentação subirá de R\$ 658 para R\$ 1 mil.

Já a contrapartida dos planos de saúde aumentará de R\$ 144 para R\$ 215, e o auxílio-creche passará de R\$ 321 para R\$ 484,90. Somente em junho, os servidores receberão excepcionalmente R\$ 1.342 de auxílio-alimentação para cobrir a diferença que não foi paga em maio, conforme o acordo.

Revisão de pensão a dependentes de PMs e bombeiros

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que para mudar as regras para as pensões de dependentes de policiais e bombeiros militares, retroagindo até 2004, quando ocorreram alterações na legislação previdenciária. Até então, as pensões correspondiam ao último salário do policial militar ou bombeiro, além de incorporar os mesmos reajustes dos profissionais em atividade.

Em sua proposta, o deputado Sargento Portugal (Podemos- RJ) não incluiu uma estimativa do impacto financeiro da medida para União e estados.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

O jabuti na taxaço de compras no exterior pela internet - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Era mais um jabuti daqueles que aparecem de última hora: a cobrança do imposto de importação sobre produtos de até US\$ 50 comprados pela internet, o equivalente a R\$ 257 no câmbio atual. Foi incluído no projeto que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que estava para ser votado hoje pela Câmara dos Deputados. No jargão parlamentar, jabuti é uma proposta estranha aos propósitos originais do legislador, que aparece sem que se saiba direito quem está por trás, mas sempre é alguém ou algum lobby muito poderoso.

De olho na reação dos consumidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaçou vetar a taxaço federal de remessas de até US\$ 50, vindas do exterior. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para aprovar o projeto, havia convocado uma sessão ontem, o que só acontece quando os assuntos são muito importantes. Diante da reação, adiou a decisão. Na quarta-feira, o assunto já havia sido objeto de um bate-boca entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o deputado Kim Kataguri (União Brasil-SP), na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Atualmente, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 são taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, com alíquota de 17%. O imposto de importação federal, de 60%, por sua vez, incide somente para remessas provenientes do exterior acima de US\$ 50. A isenção federal do imposto para encomendas de baixo valor tem sido criticada pelo empresariado brasileiro, que diz haver uma penalização da produção nacional, cuja tributação é muito mais alta. A proposta já havia sido aventada pelo governo federal, que recuou diante da forte reação contrária dos consumidores nas redes sociais.

No folclore da política brasileira, o jabuti virou figurinha carimbada por causa de uma frase do senador Vitorino Freire, um político pessedista de origem pernambucana que fez carreira no Maranhão e, durante o regime militar, foi senador pela antiga Arena: "Se você encontrar um jabuti em cima de uma árvore, antes de tirá-lo, pergunte quem o colocou lá", dizia, ao se referir a desconhecidos que assumem altos cargos no governo.

Como jabuti não sobe em árvore, a expressão também passou a ser usada quando uma proposta estranha é embarcada num projeto de lei, que geralmente trata de outro assunto, sem que se saiba direito quem é o padrinho. Essa prática é responsável por muita insegurança jurídica, encarece os custos da administração tributária das empresas e gera milhares de processos na Justiça, porque não corresponde à boa técnica legislativa. É fruto da esperteza política e do poder dos lobbies nos bastidores do Congresso.

Bugigangas

Lula ameaçou vetar, mas não fechou a porta para uma negociação: "A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar", afirmou, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto. O presidente da República disse estar disponível para discutir o tema com o presidente da Câmara, Arthur Lira.

"Cada um tem uma visão a respeito do assunto. Quem é que compra essas coisas? São mulheres, a maioria, jovens, e tem muitas bugigangas. Eu nem sei se essas bugigangas competem com as coisas brasileiras, nem sei", acrescentou.

Ao incluir a taxaço no projeto do Programa Mover, o relator do texto, deputado Átila Lira (PP-PI), manifestou "preocupação" com a indústria nacional e desequilíbrio na concorrência com os produtos fabricados no Brasil. A isenção também é questionada por entidades ligadas ao varejo. A lista das empresas que já aderiram ao Remessa Conforme inclui as gigantes Amazon, Shein e Shopee.

O governo defende equilíbrio de tratamento na cobrança de **impostos**. "Você tem as pessoas que viajam que têm isenção de US\$ 500 no Free Shop, que tem mais isenção de US\$ 1 mil, e que não pagam (imposto), que são gente de classe média.

E como é que você vai proibir as pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo", argumentou Lula.

A tendência de fazer compras on-line ganhou força durante a pandemia e se tornou parte integrante da vida dos brasileiros de forma definitiva. De acordo com a pesquisa "E-commerce Trends 2024", realizada pela Octadesk em parceria com o Opinion Box, 62% dos

consumidores fazem de duas a cinco compras on-line por mês, enquanto 85% dos brasileiros fazem pelo menos uma compra por mês na internet. Uma das propostas é limitar o número anual de compras de cada consumidor.

O faturamento do e-commerce no Brasil em 2023 foi de R\$ 185,7 bilhões, segundo dados da Abcomm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), com ticket médio de R\$ 470 (um crescimento de 2% em relação ao ano anterior), 395 milhões de pedidos e 87,8 milhões de consumidores virtuais. Segundo a NuvemShop, pequenos e médios e-commerces movimentaram cerca de R\$ 703 milhões no primeiro trimestre de 2023, um crescimento de 23% em relação ao mesmo período de 2022. Para 58% dos consumidores, a compra on-line ajuda a conseguir preços mais baixos em comparação às lojas físicas; 57% citam a praticidade de comprar sem sair de casa; e 56% aproveitam as promoções.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Rombo nas contas públicas exige ajuste de despesas (Editorial)

Cresceu a projeção do governo para o buraco nas contas públicas até o final do ano. Pelos cálculos do Tesouro, o resultado primário -diferença entre receitas e despesas, sem contar pagamentos de juros -será um déficit de R\$ 14,5 bilhões, R\$ 5,2 bilhões além da estimativa anterior. Na interpretação das autoridades em Brasília, tudo continua sob controle. Como a regra fiscal permite um déficit de R\$ 28,8 bilhões, dizem haver folga.

O discurso benevolente tenta encobrir uma realidade bem mais preocupante. Nunca se pode perder de vista o endividamento e sua trajetória. Em dez anos, a dívida bruta saiu de menos de 60% do **PIB** para os atuais 74,4%. No ritmo atual, tardará a cair. Quanto mais demorar, piores os efeitos sobre taxa de juros, câmbio e crescimento.

A credibilidade da política fiscal já viveu dias melhores. O arcabouço aprovado em 2023 não completou nem um ano, mas já foi alterado para afrouxar as metas. Mesmo com as mudanças, há dúvidas se as contas fecharão dentro do estipulado pelas regras. Para chegar a dezembro com um déficit de até 0,25% do **PIB** (os tais R\$ 28,8 bilhões), será necessário atingir uma projeção de arrecadação inflada. Entre o primeiro e o segundo bimestre, o Tesouro Nacional elevou a estimativa de receitas primárias federais em R\$ 16 bilhões. Ao mesmo tempo, houve aumento de R\$ 24,4 bilhões nas despesas primárias, R\$ 20,1 bilhões delas obrigatórias.

O cálculo do Tesouro leva em conta o recebimento integral dos dividendos extraordinários da Petrobras. A petroleira reteve R\$ 42 bilhões no começo do ano. No mês passado, voltou atrás e aprovou a distribuição de metade aos acionistas, passando R\$ 6,4 bilhões à União. Para o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, é certo que a segunda metade será paga. Dado o grau de intervenção do Palácio do Planalto na Petrobras, é até provável que Ceron esteja certo nesse item. Mas as demais previsões serão mais difíceis de cumprir.

As receitas são projetadas pelo governo com expectativa de crescimento do **PIB** de 2,5%, sem levar em conta as consequências negativas das chuvas no Rio Grande do Sul na economia. No quesito das despesas, a tragédia gaúcha e o esforço de reconstrução também terão peso. O discurso oficial de que a ajuda não será comedida e, ao mesmo tempo,

zelar pelas finanças públicas é contraditório. Os montantes transferidos ou as renúncias a **impostos** ficarão fora da meta e dos limites fiscais, mas isso não quer dizer que sairão de um vácuo. Truques contábeis à parte, empurrarão a dívida para cima.

A situação fiscal e as perspectivas são alarmantes e exigem medidas à altura. O déficit estrutural deu um salto no primeiro ano do governo e fechou 2023 em 1,65% do **PIB**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem razão quando diz ser preciso "pensar nas condições institucionais". Seriam bem-vindas mudanças para desengessar o Orçamento. Embora desejável, parece pouco provável que o governo tenha a intenção de abrir essa frente no Congresso em ano com eleições municipais e desafios da magnitude da regulamentação da **reforma tributária**.

Como medidas para alavancar a arrecadação têm limites, a alternativa à disposição do governo é, com a ajuda do Legislativo, implementar um plano consistente de ajuste de gastos. A ilusão de que a dívida pública ascendente é inofensiva fez o Brasil chegar a um endividamento próximo de 80% do **PIB**. É preciso acabar com o autoengano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado de apostas on-line

VICTORIA ABEL E ELIANE OLIVEIRA BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda tenta convencer os estados a partirem para uma unificação de regras sobre autorizações locais de empresas de apostas on-line. Num esforço de negociação, foi formado um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para se chegar a um acordo. O Rio é o estado que mais resiste a esse entendimento.

Além da licença nacional, que autoriza uma empresa a ter o site funcionando em todo o país, as bets podem escolher comprar apenas uma licença local. O entendimento da Fazenda, porém, é que nesse caso a atuação da empresa ficaria restrita à unidade da federação onde se registrar: apenas o apostador que mora naquele estado ou que estiver lá poderá acessar a plataforma de apostas.

O Rio, por sua vez, está credenciando casas de apostas para atuar em território nacional. O formato definido pela Loteria do Rio de Janeiro (Loterj) tem causado desconforto nos estados e no governo Lula. Em março, o Ministério da Fazenda chegou a emitir notificação para que a Loterj interrompa o credenciamento de casas de apostas nesses moldes. O ministério sustenta que o governo do estado, por meio da Loterj, está credenciando as bets sem definir uma trava para que as empresas atuem apenas em território fluminense.

RIO TEM ALÍQUOTA DE 5%

A Fazenda preferiu partir para uma negociação via Confaz, órgão que reúne todos os estados e a pasta. Segundo o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, as conversas estão avançando.

-Estamos alinhando. É o mesmo interesse da União e dos estados -disse.

O temor é que haja uma "guerra fiscal" no país, com diferentes regras sendo criadas por estados para atrair empresas - além de um desmonte da regulamentação federal.

O Rio, porém, insiste na tese de que a autorização local pode valer para operação nacional. O governo de Cláudio Castro vem discutindo na Justiça com a União para ampliar o potencial de licenças locais.

-A questão central é que é preciso acabar com as bets ilegais, que faturam milhões e não pagam um tostão

de imposto, um escândalo de sonegação. Por isso precisa partir da União um regramento para a esfera federal. Nós, do Estado do Rio, estamos avançando na regulação, formalizando as empresas e começando a arrecadar. Recursos, aliás, de que nosso estado precisa muito -disse o presidente da Loterj, Hazenclever Lopes Cançado.

A questão fiscal é um pano de fundo dessas discussões. As empresas com autorização nacional terão de pagar 12% sobre a receita bruta, além de uma outorga de R\$ 30 milhões. Nos estados, a alíquota pode variar. O Rio definiu uma outorga de R\$ 5 milhões para cada empresa e uma alíquota sobre o faturamento de 5%.

Além do valor pago pelas empresas, os ganhadores terão de pagar 15% sobre os prêmios no Imposto de Renda.

De acordo com a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), três estados já estão abrindo processos de autorização para a modalidade: além do Rio, Paraná e Paraíba. Ao todo, 22 empresas operam ou estão aptas a operar nos estados.

RESPEITO À TERRITORIALIDADE

A ANJL afirmou que o Paraná limitou a 5 licenças, e os aprovados já cumpriram as prerrogativas e estão operacionais. A Lottopar abriu novo período de credenciamento. A Paraíba autorizou 5 operadores, que ainda não iniciaram a operação. A Loterj tem 5 empresas autorizadas e já em operação, e 7 em fase de avaliação.

O estado de São Paulo ainda não abriu processos de autorização, mas já se colocou à disposição para o diálogo com a União e tem interesse em ter normas locais padronizadas.

"O Grupo de Trabalho (GT) foi constituído para tratar da cooperação entre União, estados e Distrito Federal no que se refere à padronização nacional das regras aplicáveis às modalidades lotéri-cas previstas na legislação, incluindo questões que dizem respeito a apostas na internet", disse a Secretaria de Fazenda de São Paulo.

Entre as regras que podem ser unificadas está o respeito à territorialidade, que já é previsto em lei federal, mas vem causando divergência.

- Cada estado tem sua competência legislativa e vai determinar o imposto que acha viável. Não acho que vamos conseguir que todos sigam a mesma alíquota. O ponto de divergência é o da territorialidade. O Rio é o ponto fora da curva, o resto dos estados está de acordo -afirmou o presidente da ANJL, Plínio Lemos Jorge.

O Paraná disse compreender que suas regras para apostas on-line são restritas ao estado, ou seja, a loteria estadual só atua lá.

A lei das bets afirma que "a comercialização e a publicidade de loteria pelos estados ou pelo Distrito Federal realizadas em meio físico, eletrônico ou virtual serão restritas às pessoas fisicamente localizadas nos limites de suas circunscrições, ou àquelas domiciliadas na sua territorialidade." A regra repete o que já dizia a lei que autorizou a volta das loterias estaduais, de 2018.

A última portaria, publicada pela Fazenda esta semana, abre as inscrições para as empresas de apostas on-line se regularizarem em nível nacional. Além de capacidade econômico-financeira elevada, as bets autorizadas deverão manter sede e canal de atendimento aos apostadores no Brasil. E também observar políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, de jogo responsável, de integridade das apostas e de prevenção à manipulação de resultados, e adotar boas práticas de publicidade e propaganda.

O processo de regulamentação das bets, porém, terá mais duas fases, com publicação de regras de fiscalização e combate à lavagem de dinheiro. O programa, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, poderá identificar fraudes no pagamento de **impostos** e monitorar os perfis de apostadores, alertando-os para um possível vício.

A Secretaria de Prêmios e Apostas foi criada em fevereiro, no Ministério da Fazenda. Mas a autorizações de operação, assim como parte do monitoramento, deve ser dividida com o Ministério do Esporte.

Cerca de 298 sites foram identificados como em funcionamento no país, mas mais de um domínio pode pertencer a mesma empresa. Do total de interessadas no mercado brasileiro, 44 são sediadas em paraísos fiscais e 64 são brasileiras.

"Cada estado tem sua competência legislativa e vai determinar o imposto que acha viável. Não acho que vamos conseguir que todos sigam a mesma alíquota. O ponto de divergência é o da territorialidade. O Rio é o ponto fora da curva" Plínio Lemos Jorge, presidente

da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arcabouço terá desafio para sobreviver até 2026

Estevão Taiar

Aprovado no ano passado, o arcabouço para as contas públicas do governo federal poderá ficar inviabilizado até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os motivos são os pisos constitucionais para as despesas com saúde e educação e os benefícios atrelados aos reajustes do salário mínimo.

Os pisos constitucionais para as duas áreas correspondem, respectivamente, a 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) e 18% da Receita Líquida de **Impostos** (RLI) da União. Já os benefícios atrelados ao salário mínimo são piso da Previdência, Benefício de Prestação Continuada, abono salarial e seguro-desemprego.

Estudo divulgado nesta semana pela MCM Consultores Associados calcula que a União precisará cortar em 2026 o equivalente a 0,5 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), aproximadamente R\$ 60 bilhões em valores atuais, para que o arcabouço continue de pé. Para a consultoria, a manutenção do arcabouço enfrentará "dificuldade significativa" daqui a dois anos.

"Esperar que haja redução desse montante (0,5 ponto do **PIB**), em um ano eleitoral, nos parece pouco provável", diz.

Gastos discricionários são aqueles que podem ser cortados livremente. Entre as despesas que precisariam ser reduzidas nesse caso, de acordo com a MCM, estão: gestão de sistemas públicos; emissão de passaportes; fiscalização ambiental; programas de prevenção e gerenciamento de desastres; equalização de taxas de juros; emendas parlamentares não obrigatórias; custeio da máquina pública de forma geral.

As alternativas à inviabilidade do arcabouço são duas, segundo a consultoria: mudança na maneira como tanto os gastos mínimos com saúde e educação quanto os benefícios atrelados ao mínimo são corrigidos; "afrouxamento" do arcabouço.

O estudo da MCM parte de uma série de premissas, como crescimento anual, entre 2024 e 2026, de 2,5% em termos reais das despesas sujeitas ao arcabouço

(o máximo permitido pela regra) e gastos com saúde e educação no piso.

No caso dos mínimos de saúde e educação, a MCM lembra que, com a aprovação do arcabouço, essas despesas voltaram a ser indexadas neste ano à arrecadação. A consultoria calcula que já em 2024 as altas desses gastos, na comparação com o ano anterior, serão de R\$ 38 bilhões e R\$ 8 bilhões respectivamente.

Como as despesas sujeitas ao arcabouço podem crescer no máximo 2,5% e os gastos com ambas as áreas estão ligados à arrecadação, "a depender do tamanho de incremento da receita, isso exigirá que as demais despesas sejam comprimidas para respeitar o limite total". Essa situação tende a se agravar com um "ajuste fiscal pelo lado da receita, como escolhido pelo governo", já que "aumentar a arrecadação pode até gerar efeitos negativos sobre a distribuição de todas as despesas" do Orçamento.

No caso do salário mínimo, 38% do Orçamento "está diretamente vinculado" a essa despesa, nos cálculos da consultoria. Assim, reajustes do mínimo acima da **inflação**, como aprovado pelo governo federal no ano passado, "geram pressões nesse conjunto de despesas".

A MCM projeta que, entre 2023 e 2025, o salário mínimo crescerá 3,1% anualmente em termos reais. Nesse caso, a lógica sobre o espaço que as despesas atreladas ao mínimo ocupariam dentro do arcabouço é semelhante ao cenário descrito para os pisos de saúde e educação.

"As despesas obrigatórias sujeitas ao limite que cresçam acima de 2,5% acabarão fazendo com que outras despesas cresçam a uma taxa de variação menor", afirma. "É uma constatação aritmética trivial."

De acordo com a consultoria, se o salário mínimo fosse corrigido apenas pela **inflação**, sem ganhos reais, o governo federal economizaria R\$ 89 bilhões somente em 2025 (0,7% do **PIB**). Em 2030, a economia anual seria de R\$ 293 bilhões (1,7% do **PIB**).

"São valores expressivos e que poderiam fazer toda a diferença na estratégia de consolidação fiscal e de

estabilização da dívida pública", diz.

No estudo, a MCM reconhece "que algumas das despesas apresentadas" podem ter sido contadas duas vezes, já que "parte das emendas parlamentares obrigatórias é direcionada para gastos de saúde ou de investimento".

"No entanto, o tamanho dessa dupla contagem não é significativo o suficiente para mudar o resultado do exercício. Se muito - ao lado de eventuais economias pontuais em revisões de gastos -, isso poderia ajudar a alargar um pouco o espaço orçamentário e fazer com que a inviabilidade do NAF (arcabouço) fique adiada por um ou dois anos, no máximo", afirma. "Já para prazos mais longos, a inviabilidade é certa e pode-se afirmar que as regras atualmente vigentes são internamente inconsistentes."

Também para Bruno Lavieiri, da 4intelligence, "querendo ou não o arcabouço terá que ser rediscutido" possivelmente até 2026, principalmente por causa das vinculações ao salário mínimo.

"A surpresa é precisar ser re-discutido dentro do mesmo mandato em que foi criado", diz. "Sabíamos que a regra teria vida curta, mas não esperávamos que fosse tão curta."

Na avaliação de Jeferson Bitencourt, economista da Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, o espaço previsto para discricionárias nos próximos dois anos será suficiente para manter a máquina pública em funcionamento. Mas pode trazer "constrangimentos" políticos para o governo federal, dada a possibilidade de serem necessários cortes em ministérios comandados por partidos que compõem a base de apoio.

"De qualquer jeito a partir de 2027 o governo tem um encontro marcado com essa discussão [sobre paralisação da máquina]", diz, referindo-se ao ano em que, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), todos os precatórios precisarão ser pagos dentro do arcabouço. Nesse caso, as despesas discricionárias ficariam em 1,2% do **PIB**, patamar abaixo do menor nível anual da série histórica (1,38%) e que "de fato aparece apertado demais".

Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, Mar-cus Pestana calcula que as despesas discricionárias ficarão em 2027 abaixo de 1,3% do **PIB**, limite que evita a paralisação da máquina.

"Mas é possível que a paralisação ocorra já em 2026", afirma. "Não adianta fazer economia de palito", diz também, destacando a importância de rever os pisos e

os benefícios vinculados.

As preocupações a respeito do tema dentro da equipe econômica do governo federal ganharam força nas últimas semanas. Em audiência pública realizada na quarta-feira na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que "temos um desafio em relação ao arcabouço, que são as vinculações". Ele defendeu "um pacto em torno de educação, saúde e salário mínimo que seja sustentável no longo prazo e não que dure em um governo progressista para ser desfeito em um governo conservador".

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também defendeu, em entrevista concedida no começo do mês ao Valor, a desvinculação entre benefícios e salário mínimo.

"A surpresa é ter de ser rediscutido no mesmo mandato em que foi criado"

Bruno Lavieiri

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882?page=21§ion=1>

Taxar super-ricos exige acordo global

Murillo Camarotto e Guilherme Pimenta

Uma das principais bandeiras da presidência brasileira no G20, a tributação dos super-ricos em nível global só será viável por meio da cooperação internacional, disse ontem o coordenador do Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional, Felipe Antunes. Antes dele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a proposta do Brasil "ganhou peso" no grupo.

Haddad participou do simpósio de Tributação Internacional do G20, em Brasília. O evento reuniu representantes de vários países para discutir aprimoramentos na cobrança de **impostos** e na destinação desses recursos. Outra iniciativa brasileira é de que a tributação ajude no combate à desigualdade social e às mudanças climáticas.

Felipe Antunes lembrou que o 0,1% mais rico do mundo paga menos imposto em termos proporcionais e que "corrigir esta distorção é um desafio até mesmo para os países ricos".

O coordenador explicou que somente uma cooperação internacional efetiva, com troca de informações entre os países, permitirá um controle mais efetivo sobre transações feitas com o objetivo de burlar a tributação. Lembrou, ainda, que os super-ricos são "muito móveis", ou seja, conseguem transacionar recursos entre os países de forma eficiente.

A necessidade de uma tributação mais equânime sobre esse público é um dos pontos de consenso entre os integrantes do G20, tanto em âmbito governamental como na sociedade civil. A dificuldade, no entanto, será encontrar um ponto de convergência sobre como operacionalizar a cobrança maior de **impostos**.

Antunes também lembrou que a autonomia tributária é um importante atributo de soberania dos países e que qualquer alteração demanda muito debate.

"É difícil avançar, daí a importância da cooperação internacional", reforçou o coordenador.

Outro pleito brasileiro na presidência do grupo, a reforma dos organismos multilaterais foi abordada por Haddad. "Vamos precisar repensar as instituições, os organismos multilaterais e os bancos multilaterais, bem como as relações internacionais", afirmou. "A partir daí, vamos repensar o financiamento dessa

equação, que é difícil", completou o ministro.

O Brasil, disse o ministro, precisa dar sua contribuição "porque a desigualdade é uma marca da nossa história". "Até hoje temos diante de nós o desafio de diminuir a desigualdade. Por alguns períodos, conseguimos fazer isso com muito esforço, mas com resultados muito modestos até aqui. Ainda há muita coisa a fazer", defendeu.

O tema da tributação global voltará a ser discutido de forma presencial na reunião dos ministros de Finanças do G20, marcada para julho, no Rio.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882?page=21§ion=1>

Convergências entre ESG e tributos

O advogado e escritor Luis Wolf Trzcina lançou ontem (23), na Livraria Argumento do Leblon, no Rio de Janeiro, o livro "Conectando **tributos** a propósito: a transformação do ESG para o profissional da área tributária". A obra, do também contador, economista e mestre de Direito no Brasil e nos Estados Unidos, trata das convergências entre ESG (sigla, em inglês, para Environmental, Social and Governance ou Ambiental, Social e Governança) e os **tributos**.

O livro, segundo o autor, aborda como a descarbonização e a inovação podem ser fomentadas por incentivos fiscais, bem como a necessidade de que as empresas sejam cuidadosas quanto a sua governança e ao adequado recolhimento dos **tributos**. "O livro é direcionado a todos os profissionais que atuam na área tributária e aborda esta ciência a partir de um novo elemento: o propósito", diz o autor, que foi sócio de **Impostos** da consultoria multinacional KPMG. A obra, pioneira ao abordar o assunto, também será lançada em Belo Horizonte (MG). O evento está marcado para o dia 4 de junho, na Livraria Leitura do BH Shopping.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882>

Regulamentação da reforma sairá em 60 dias

O principal Grupo de Trabalho da regulamentação da **Reforma Tributária** foi instalado no Congresso Nacional. Com a promessa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que todos os sete deputados integrantes do GT irão atuar com autonomia e independência, os membros do "G-7 da Tributária", como se autodenominaram, já contabilizam que haverá pressão e lobby dos setores diversos da economia.

Esse GT vai analisar e debater o projeto enviado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), que formam o núcleo da reforma. O grupo terá 60 dias para funcionar e apresentar um relatório.

O grupo não terá um relator específico e o texto final deverá ser assinado pelos sete integrantes. "Quem vai assinar? Pode ser escolhido por letra ou sorteio. Ou assinam todos", disse Cláudio Cajado (PP-BA), um dos membros do grupo.

"O grupo não terá relator, nem subrelator. Vamos compartilhar as informações. E se tiver discordâncias, como se trata de matéria técnica, vai prevalecer isso, o é que técnico", disse Cajado.

Na próxima terça-feira (28) começam os trabalhos propriamente ditos, com as primeiras audiências públicas. Na parte da manhã, será ouvido o Secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. À tarde, a reunião será com representantes de grandes entidades empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Participante do GT, o deputado pernambucano Augusto Coutinho (Republicanos) destacou que o grupo fará uma análise célere e transparente da matéria. O objetivo, segundo Coutinho, é produzir um parecer de consenso para votação em Plenário. "Teremos 60 dias de trabalho e diálogo com a sociedade, visando formatar a nova **legislação tributária** brasileira, que é voltada a modernizar e simplificar a arrecadação", ressaltou o parlamentar. (Da Redação com agências)

GT, que se autodenominou "G-7 da Tributária", terá autonomia e independência

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/05/regulamentacao-da-reforma-saira-em-60-dias.html>

Juros altos elevam o custo de vida para 69% dos entrevistados

Para 69% dos entrevistados, os juros altos contribuem muito para o aumento do custo de vida no Brasil, indica a pesquisa Cost of Living Monitor (Monitor do Custo de Vida, em tradução livre), produzida pela Ipsos. O levantamento, realizado em 32 países, entrevistou cerca de mil brasileiros entre os dias 22 de março e 5 de abril.

Apesar de alta, esse percentual segue em queda: em novembro de 2022, chegou a atingir 83% - mês em que o país era o segundo mais preocupado com o tema entre todas as nações pesquisadas.

No entanto, os entrevistados seguem se mostrando preocupados com o encarecimento de produtos e serviços. Para 53%, os preços vão continuar subindo.

Os números mostram que a maioria dos brasileiros não se sente bem financeiramente.

Apenas 6% dos entrevistados afirmaram estar confortáveis com seus rendimentos. O percentual só não perde para a Argentina, que ficou em último no ranking da satisfação financeira, com 3% de aprovação.

Apesar da crise com o custo de vida, 32% veem que, ao menos, a situação é melhor do que em comparação com países vizinhos.

Os mais pessimistas nesse sentido são Hungria (74%), Argentina (69%) e Peru (63%).

Apesar dessa conjuntura, 22% dos entrevistados brasileiros afirmaram esperar uma melhora no padrão de vida dentro de seis meses.

O brasileiro também está preocupado com o desemprego. Entre os pesquisados, 47% acredita que vai aumentar o número de pessoas desempregadas. Esse percentual é 8% a mais que em novembro de 2022, quando a última medição foi feita.

O levantamento ainda mostra 54% entre os que acreditam que os **impostos** vão subir no País em seis meses.

Ao todo, a pesquisa Ipsos ouviu 24.801 pessoas e calcula 3,5 pontos percentuais para margem de erro das respostas colhidas no Brasil.

Rui Costa alfineta BC por Selic em 10,50% ao ano

Após o Banco Central, em decisão rachada, reduzir o ritmo de corte da taxa de juros, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, voltou a criticar o patamar da Selic, hoje em 10,50% ao ano. No Fórum da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Costa deu duas alfinetadas na instituição financeira ao falar do custo de financiamento de projetos de infraestrutura, classificando como "inadmissível" a manutenção da lógica atual.

"Temos a orientação do governo para o financiamento do BNDES, queremos financiar na melhor condição possível, se o BC permitir, porque é inadmissível a manutenção dessa lógica da maior taxa de juros do mundo, juro real. Nós queremos financiar o objeto do projeto, do leilão. Não queremos financiar juro subsidiado, não é o objetivo", disse o ministro, que é responsável por liderar o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentro do governo.

Em seguida, Costa afirmou que o governo tem uma busca "permanente" de atrair recursos a custos mais baixos para financiamento de projetos, numa tentativa de "antecipar o que o Banco Central resiste em fazer".

ALAVANCAGEM "O volume de recursos será destinado a financiar o objeto do projeto.

Com isso, queremos alavancar o número de projetos e reduzir o custo dessa prestação de serviço para a população, e com isso entendemos que vamos alavancar mais projetos e empresas, além da busca permanente do BNDES e do presidente Lula, no sentido de atrair recursos a custos mais baixos para financiar o projeto e tentar antecipar o que o Banco Central resiste em fazer que é trazer o patamar de juros do Brasil para o que é o comportamento global", concluiu o ministro da Casa Civil.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de um lado, os quatro indicados pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual.

Do outro lado, cinco diretores que estavam no BC antes da chegada de Lula optaram por um corte menor, de 0,25 ponto percentual.

Foco é **inflação** no centro da meta, diz Diogo Guillen

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, disse ontem que a política monetária será conduzida "da forma que for necessária" para levar a **inflação** ao centro da meta. Ele evitou, no entanto, dar pistas sobre qual será a próxima decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), lembrando que o colegiado decidiu retirar a sinalização, o chamado "forward guidance", para a reunião de 18 e 19 de junho.

Durante palestra em seminário promovido pelo Centro Europeu de Economia e Finanças, Guillen avaliou que houve muita "atenção e drama" sobre a última decisão do Copom, quando os quatro diretores indicados pelo governo votaram por juros mais baixos.

"Nossa visão é de que a política monetária deve ser mais cautelosa, restritiva e flexível", declarou Guillen, ressaltando que, independente da fonte de desancoragem das expectativas, o BC quer levá-las ao centro da meta. "Mais importante é que todos concordaram que a política monetária deveria ser mais contracionista", acrescentou, ao abordar o racha no último Copom.

Ele lembrou que também houve consenso entre os diretores do BC de que a política monetária teria que ser mais flexível, retirando o "forward guidance".

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-d66c9512a349e7c5c86a5ea8f3695193.pdf

Mercado vê Selic estacionada em 10,25%

**MARIANNA GUALTER, DANIEL TOZZI MENDES E
GABRIELA JUCÁ**

O cenário de manutenção de uma Selic de dois dígitos ganhou corpo no mercado. De acordo com nova rodada do Projeções Broadcast, a mediana das estimativas para a taxa básica de juros no fim de 2024 subiu mais uma vez, desta vez para 10,25% - ante 10% em levantamento divulgado no dia 14 passado. A mediana para 2025 permaneceu em 9%. Foram consultadas 34 instituições financeiras, entre bancos, gestoras de recursos e consultorias.

O movimento reflete a deterioração das expectativas de **inflação** já registrada pelo último boletim Focus, divulgado no início da semana, e declarações mais duras de integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) - incluindo entrevista do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao Estadão/Broadcast.

"O que nós observamos foi uma série de manifestações verbais dos membros do Banco Central bem mais duras no enfrentamento da **inflação** do que estávamos antecipando", diz o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier. "Se o BC for entregar o que está sugerindo, a tendência é pausar o ciclo no nível atual." Entre as 34 casas consultadas no levantamento, 23 preveem um novo corte de 0,25 ponto da Selic na reunião de junho do Copom. Outras 11, porém, já esperam que o comitê opte pela estabilidade da taxa - que está hoje em 10,50% ao ano.

Após iniciar o ano em 9%, a mediana das projeções para a Selic foi a 9,25% em março, refletindo dados piores do que os esperados para a **inflação** de serviços e também mudança de tom do Copom. Saltou a 9,5% na segunda quinzena de abril, depois de declarações de Campos Neto questionando as indicações ("guidance") do BC, e chegou a 10% com o resultado da reunião deste mês do colegiado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em ranking de mil cidades, nenhuma brasileira está no top 200

Álvaro Fagundes

Nenhuma cidade brasileira está entre as 200 melhores do mundo em novo ranking elaborado pela consultoria Oxford Economics. No levantamento com as mil maiores localidades do planeta, a brasileira mais bem colocada é São Paulo, no 294º lugar.

A pesquisa analisou 27 indicadores dessas mil cidades, que representavam 30 da população mundial e 60% do **PIB** do planeta no ano passado. Esses indicadores são divididos em cinco categorias: economia, qualidade de vida, governança, ambiente e capital humano.

São Paulo, por exemplo, tem seu melhor ranking em capital humano (na 102ª posição), categoria que envolve dados como nível educacional, perfil etário e universidades. A pior posição da cidade (604º lugar) está em qualidade de vida, que inclui, por exemplo, expectativa de vida, gasto com habitação e igualdade de renda.

A cidade brasileira mais bem colocada em qualidade de vida é Florianópolis, no 423º lugar. Na outra ponta, está Maceió (785ª posição).

A capital alagoana é também a cidade brasileira pior colocada no ranking geral, na 794ª posição. Ela aparece, por exemplo, no 948º lugar para economia, item que inclui fatores como crescimento do **PIB** per capita, diversidade econômica e estabilidade econômica.

Ao mesmo tempo, a cidade aparece em 20º lugar em ambiente (formada, por exemplo, por qualidade do ar, anomalias de temperatura e desastres naturais).

Outros dois municípios brasileiros se destacam na categoria ambiente. Fortaleza aparece em segundo lugar, atrás de Suva, em Fiji, e Natal está na quarta posição, superada também por San Juan, em Porto Rico.

No ranking geral, porém, a capital cearense é apenas a nona brasileira e a 496ª no mundo, já a do Rio Grande do Norte fica em 14º no Brasil e na 543ª posição global.

Na comparação com outras cidades latino-americanas,

São Paulo aparece em quinto lugar, atrás de Santiago (119ª posição), Cidade do México (250ª), Buenos Aires (275ª) e Lima (283ª).

Ao todo, 29 localidades brasileiras aparecem na lista. Depois de São Paulo, as mais bem colocadas são Brasília (309ª lugar), Rio de Janeiro (356ª), Campinas (384ª) e Florianópolis (395ª).

Na outra ponta, além de Maceió, estão Teresina (728ª posição), Cuiabá (635ª), Grande São Luís (633ª) e Salvador (622ª).

A liderança do ranking geral é de Nova York, seguida por Londres e pela também americana San Jose. Tóquio está em quarto lugar, e Paris, em quinto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882?page=21§ion=1>

Mercado questiona peso do Focus nas projeções e comunicação recente do BC

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Após o dissenso visto na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) e o forte movimento de desancoragem das expectativas de **inflação** que se observou, aumentou entre agentes do mercado a insatisfação com a condução da política monetária. A antecipação do temor com a futura composição do BC começou a pesar mais ou tanto quanto a situação econômica em si. Esse quadro despertou mais questionamentos sobre os vetores por trás da dinâmica de alta das projeções de **inflação** e sobre o protagonismo que passou a ser dado ao Focus para determinar os próximos passos da política monetária.

Um grupo de agentes econômicos de instituições relevantes no mercado doméstico ouvidos pelo Valor, sob condição de que fossem mantidos em anonimato, avalia que, além dos ruídos gerados pela divisão do último Copom, problemas na comunicação de dirigentes do BC nas últimas semanas contribuíram para complicar o cenário. Para esses interlocutores, sem isso, talvez fosse possível chegar a um nível de juros menor neste ano, já que a desancoragem de expectativas se intensificou após a decisão dividida do Copom deste mês.

Não são incomuns divergências entre participantes do mercado e o Banco Central. No mandato de Campos Neto, por exemplo, o processo de saída do "forward guidance" na virada de 2020 para 2021 e início do ciclo de aperto foi marcado por ruídos e surpresas na condução da política monetária. E, até mesmo em mandatos anteriores, como na gestão de Ilan Goldfajn, houve discordâncias, como no início do ciclo de flexibilização e na pausa do processo, em 2018.

"É o primeiro momento em muitos anos que existe essa desancoragem das expectativas com uma distância tão pequena da **inflação** corrente para a meta. É, sem dúvida, um prêmio de credibilidade do Banco Central", avalia um economista ouvido pelo Valor. No Boletim Focus, a mediana das estimativas para o IPCA de 2025 passou de 3,60% no início deste mês para 3,74% e está em tendência de alta, já que a média das projeções indica números maiores.

"Essa é a minha crítica ao Focus. Quem revisou a projeção de **inflação** porque acha que a economia

está crescendo acima do potencial, o mercado de trabalho está apertado, tudo bem... Agora, a revisão pelo dissenso do Copom pressupunha que só existia um cenário possível, que era o corte de 0,25 ponto unânime. Isso eu discordo. Havia espaço para o corte de 0,5 ponto", diz esse economista.

A desconfiança com a futura composição do Copom é crescente, especialmente entre economistas do mercado financeiro. Em grupos de mensagem que reúnem alguns analistas, uma enquete informal sobre qual será a meta "efetiva" de **inflação** a ser perseguida pelo BC nos próximos anos já mostra que uma parte acredita que será 4%, enquanto há quem afirme que será o teto da banda, de 4,5%. "É como se 4% fosse um ponto focal", diz um profissional que acredita que o ponto médio das expectativas de **inflação** de 2025 no Focus irá migrar para 4% ao longo do tempo.

"É o prêmio que o mercado está exigindo com a possibilidade de o futuro BC ser mais leniente. Claro, junta-se a isso a parte fiscal ruim e o Fed conservador", diz outro economista. Para ele, contudo, há também um motivo "especulativo" e uma "má vontade explícita".

Ele nota que a projeção máxima para o IPCA de 2025 no Focus subiu de 5,7% para 8% logo após o Copom em prazos mais longos (2026, 2027 e 2028). "Quem vai de uma **inflação** de 5,7% para 8%? Claro, a mediana é mais importante e acaba sendo mais inercial, mas existe impacto na média." Os movimentos no Focus, para esse profissional, parecem ser "discricionários". "O mercado está muito ruidoso. Existe um viés forte na percepção de risco e isso está explícito, mas está excessivo", completa. Um gestor concorda, ao dizer que parte das atualizações das expectativas de **inflação** nas últimas semanas parecem ter sido feitas "com o fígado, e não com a planilha".

A parte dessa piora na percepção de risco vem de temores de que a futura composição do Copom se assemelha mais a momentos do passado, em que o mercado avaliava que a autoridade monetária mirava a parte superior da banda da meta de **inflação**, e não exata mente o centro da meta. Isso, na visão de um interlocutor, é o que explica uma parte do "prêmio" que tem sido embutido nas estimativas de **inflação** de

médio prazo do mercado.

"Os economistas estão se sentindo traídos pela forma como foi tomada a decisão, com essa divisão evidente do colegiado. E agora, para fazer os economistas se acalmarem, o BC teria que adotar uma decisão muito "hawkish" [dura] e que, talvez, fosse desnecessária para a economia", avalia um influente gestor de fundos multimercado.

Para ele, a preços de mercado, está em jogo apenas um corte adicional de 0,25 ponto ou não, o que indica que não haverá uma grande reprecificação no mercado de juros. "O problema é que o BC se colocou em uma encruzilhada e, para sair dela, vai precisar tomar uma atitude muito dura para reconquistar credibilidade", diz o gestor.

Outro profissional acredita que a situação é "tão difícil" que não parece restar outra alternativa a não ser interromper o ciclo de flexibilização da Selic e talvez, até mesmo, indicar que o próximo movimento pode ser de aperto monetário. "Não é o que eu acho que a economia prescreve, já que eu vejo plenas condições de continuar os cortes [na Selic], mas se instalou um "gap" tão grande que eu sinceramente não sei bem como pode ser resolvido", enfatiza.

Um gestor inclusive faz críticas à forma como o BC atuou em sua comunicação desde março. "O BC tem feito um bom trabalho, mas "entrou em pânico" no [evento de abril do] FMI. O fato de terem rasgado o "guidance" no momento de pico da volatilidade dos mercados globais foi negativo. E, depois, os mercados se acalmaram no exterior... Com a divisão do Copom da forma como foi, fica mais evidente a história de politização. Mas, sem essa "derrapada" na comunicação do BC antes, talvez as expectativas não teriam piorado tanto", avalia.

Na visão de outro profissional relevante no mercado, embora a argumentação para um corte de 0,5 ponto ou para uma redução de 0,25 ponto na Selic fosse justa em junho, a comunicação poderia ter sido mais cuidadosa, diante da existência de um "forward guidance". "Acho que eles podiam ter amarrado de outra forma, ter dado o corte de 0,5 ponto unânime e encerrado o ciclo. Teria sido muito melhor para todo mundo", afirma.

Para esse profissional, o Copom colocou "muita ênfase na ata de que há uma preocupação com o Focus" em um momento no qual as expectativas de **inflação** continuarão subindo. "Outras coisas, teoricamente, poderiam compensar a alta das expectativas, como uma projeção maior de Selic ou uma melhora do câmbio, e isso faria com que o modelo de **inflação** do Copom ficasse parado em

3,3%. Mas, mesmo assim, eles não vão poder cortar os juros, porque deram muita ênfase para o Focus. Mesmo que o modelo não se mexa mais, eles vão precisar interromper os cortes", avalia.

8% é a projeção máxima no Focus para o IPCA de 2026 e 2027

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187882>

Juros e dólar caem apesar de dado forte nos EUA

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Matheus Prado e Gabriel Roca De São Paulo

Os mercados de juros e de câmbio locais tiveram uma descompressão na sessão de ontem, embora dados mais fortes nos Estados Unidos tenham piorado o humor dos investidores no exterior. Já a bolsa brasileira foi contaminada pela cena global e anotou desvalorização, em linha com o observado em Wall Street.

Com o investidor tentando corrigir parte do prêmio de risco embutido nos ativos nas últimas semanas, os juros futuros operaram em queda ao longo de toda a estrutura a termo da curva, com a taxa de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 saindo de 11,64% para 11,49%. O dólar, por sua vez, registrou depreciação de 0,06% no mercado à vista, cotado a R\$ 5,1534. A moeda americana seguiu comportada no Brasil, se comparado o movimento dos demais emergentes, em dia em que a divisa avançou 0,95% ante o peso colombiano e 1,22% contra o peso chileno.

O chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, diz que o descolamento dos mercados locais em relação ao ambiente externo não é necessariamente um sinal do início de uma recuperação, mas uma correção. "O que me parece é que estamos vendo uma descompressão dos nossos ativos, que desvalorizaram mais nas últimas semanas", afirma. "Sem motivos para uma piora adicional, nosso mercado busca um ajuste, até porque estava com bastante prêmio embutido." No exterior, além da valorização global do dólar, o rendimento da T-note de dez anos anotou apreciação, subindo de 4,428% para 4,482%. O motivo da abertura da curva de juros americana foram os números preliminares do mês de maio do índice gerente de compras (PMI, na sigla em inglês) composto, divulgado pelo S P Global. O indicador subiu para 54,4 pontos, no maior nível em mais de dois anos.

Isso fez com que os temores do mercado sobre um Federal Reserve (Fed, banco central americano) mais conservador ganhassem respaldo, um dia depois de a ata da reunião ressaltar a preocupação com os riscos inflacionários no país, decorrentes de uma atividade ainda forte, apesar do aperto monetário mais agressivo desde a década de 1990.

"Até o momento, a política monetária do Fed tem sido menos bem-sucedida do que o esperado na luta contra a **inflação**. Isso também foi discutido entre os membros do Fed, e alguns indicaram que estariam dispostos a tornar a estratégia de política monetária ainda mais restritiva. Como resultado, um corte nas taxas ainda está longe de acontecer", informam analistas do banco Berenberg em nota a clientes, lembrando das discussões expostas na ata.

Nem mesmo o salto de 9,3% das ações da Nvidia, após a companhia registrar um aumento de 628% no seu lucro do primeiro trimestre fiscal para um recorde de US\$ 14,9 bilhões, foi suficiente para segurar os índices acionários de Nova York em território positivo. Logo na abertura dos negócios, os índices S P500 e Nasdaq chegaram a bater recordes históricos intradiários por conta dos resultados da companhia, mas fecharam em queda, respectivamente, de 0,79% e 0,39%. O Ibovespa foi contaminado e recuou 0,73%, a 124.729 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187882>